



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADES OU IMPEDIMENTOS

(artigos 22.º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março e 11.º, n.º 1 da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto)

Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se à gestão dos processos relativos ao regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos de titulares de altos cargos públicos. O seu preenchimento é obrigatório. Os titulares dos dados podem aceder à informação que lhes respeite e solicitar por escrito, junto da Procuradoria-Geral da República, a sua actualização e correção.

1. Identificação do Titular

Nome _____

Residência _____

Localidade _____ Código Postal _____

Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão _____

2. Cargo

Cargo de que é titular _____

Entidade / Serviço / Organismo _____

Setor empresarial do Estado

Setor empresarial local

Instituto Público de regime especial

Autoridade Reguladora Independente

Natureza das funções (*se aplicável*):

Executivas

Não executivas

Data da posse ____ de _____ de _____

Acto de nomeação ou designação

3. Declaração

Declara não estar abrangido pelas incompatibilidades ou impedimentos previstos:

— Na Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto (artigos 8.º, 9.º e 9.º-A)

— No Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março (artigos 20.º a 22.º)

- 4. Enumeração de cargos, funções e actividades profissionais exercidos** (em acumulação com o alto cargo público)

- 5. Enumeração de participações sociais**

- 6. Excepções previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março** (artigos 20.º, n.ºs 3 e 4, e 22.º, n.ºs 1 e 4)

- 7. Observações**

_____, ____ de _____ de _____

(Assinatura)